

SPROC

Página 1 de 1



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**

**Processo Nº
68066-86.2016.8.06.0112/0**

**Data - Hora
6/12/2016 - 8:27**



Dados Gerais do Processo			
Número Único	68066-86.2016.8.06.0112/0		
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	Não possui autuação	Volumes	1
Just.Gratis	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		
Assunto(s)			
SEGURO			
Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro			
Partes			
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT			
Requerente : JOSÉ EDGAR JACINTO DE CARVALHO			
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA			

JULGADO



ACTUS
Advogados Associados



fls. 2

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.

VALOR DA CAUSA: R\$ 8.775,00

COMARCA JUAZ DO NORTE
68066-86.2016.8.06.0112



SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE
Recebido em: 05/12/2016, às : hs.

José Jânio Saraiva
Analista Judiciário - Mat. 201127

JOSÉ EDGAR JACINTO DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº: 2007089143249 SSP/CE e do CPF nº:064.395.253-52, residente e domiciliado à Rua Flaviano José da Silva, nº36, Limoeiro, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

1 – PRELIMINARMENTE

1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

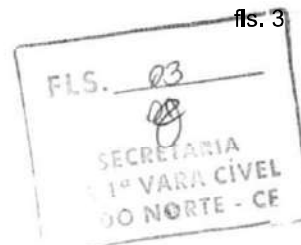
1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, se não vejamos:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas



ACTUS
Advogados Associados



fls. 3

processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

Impende salientar, ainda, que não há nenhuma incoerência em requerer o benefício proveniente da justiça gratuita e constituir Advogado, uma vez que não há presunção da condição financeira da Parte Autora pelo mero pagamento de honorários advocatícios indispensáveis para o exercício, *in casu*, do acesso à justiça. Nesse sentido já havia jurisprudência consolidada e, mais recentemente, Lei Federal autorizadora, para sanar eventuais dúvidas. Citamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

É importante frisar que o mesmo artigo citado anteriormente traz expressa previsão quanto a declaração de insuficiência de recurso que presta a pessoa natural, se não vejamos:

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Destarte, pelas razões fáticas e jurídicas trazidas preliminarmente, requer a concessão da gratuidade da justiça por uma questão de democratização do efetivo acesso à justiça e obediência à disposições legais expressas no ordenamento jurídico vigente.

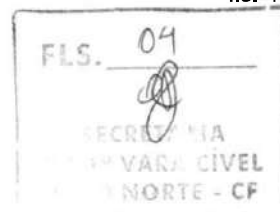
1.3 - DA AUTENTICIDADE DOCUMENTAL:

O traço característico do advogado é o de servir à justiça, como técnico do Direito. E, por servir ao Estado, possuindo função específica de fazer a justiça, no exercício de sua profissão o advogado exerce um *múnus público*.

Destarte, sendo o advogado, nos termos do artigo 133, da Magna Carta de 1988, indispensável à administração da justiça, resta consolidada, ao que dispõe a Lei nº. 8.906 de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 2º, a prerrogativa de que no exercício de suas funções contempla o apanágio de serviço público e função social.



ACTUS
Advogados Associados



No antigo Código de Processo Civil já havia expressa menção à autenticidade documental por declaração, sob responsabilidade pessoal, do Advogado, conforme se extraía dos arts. 544 e 365, IV.

O novel diploma processual consagrou o mesmo entendimento, haja vista a consolidação dos poderes outorgados aos Advogados, seja para facilitar o livre exercício da profissão, seja pelo 'status' proporcionado em razão da função que desempenha.

A Lei 13.105/2015, como dito anteriormente, consagra a viabilidade da autenticidade documental em algumas passagens, aproveitando o momento oportuno, cito:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Em razão disso, e sob responsabilidade pessoal, REQUER o reconhecimento de todos os documentos anexos à presente Exordial como autênticos, possuindo o mesmo valor dos originais.

2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 31 de julho de 2016 (conforme B.O anexo), tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Fratura na Clavícula esquerda

A lesão proveniente do acidente resultou em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, o Autor, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente gerou fratura na clavícula esquerda, bem como escoriações pelo corpo.

Ademais, para além das fraturas e suas respectivas gravidades, o Autor foi submetida tratamento ambulatorial (controle de redução), tratamento medicamentoso, isso sem olvidar o longo período de recuperação em casa.

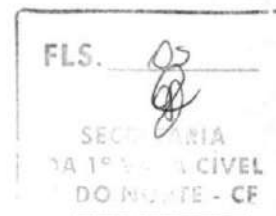
Conforme atestado médico, a lesão apresentada tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa, o valor de R\$ 4.725 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), na data de 08.11.2016, conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

Em razão do valor que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento de indenização



ACTUS
Advogados Associados



securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Sendo o Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atraindo, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, II que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, a Requerente possui direito à receber a diferença entre o valor pago administrativamente (R\$ 4.725,00) e o valor que deveria ter sido efetuado em razão do

evento danoso (até R\$ 13.500,00), totalizando uma diferença à título indenizatório/reparatório de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais).

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada**, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica
nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art.
1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha
realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio
de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização
por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio.
Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em
acidente de transito e devida, mediante simples prova do
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito
em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.**(grifo nosso)

Cumpra esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

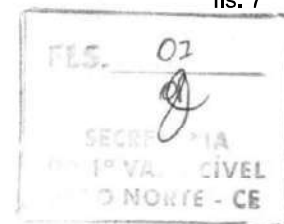
3 - A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.



ACTUS

Advogados Associados



Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do *expert* para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:

Quando há a violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão, como elucida o Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição. Feita estas breves considerações, nota-se que: o pedido de indenização de seguro DPVAT é a pretensão do Autor, existindo, paralelamente, um prazo prescricional que deve ser respeitado, sob pena de não poder mais ser proposta a Ação judicial cabível.

Sendo assim, o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, tendo diversos precedentes nesse sentido (AgRg no Ag 1.088.420-SP, AgRg no Ag 1.133.073-RJ, REsp 905.210-SP, dentre outros).

Desse modo, é necessário que não tenha transcorrido lapso temporal maior do que três anos entre o termo inicial do prazo (ciência da incapacidade laboral) e o termo final. Cumpre esclarecer que o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça dispõe, no Enunciado Sumular nº 278, qual é o termo *a quo*.

Portanto, está claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

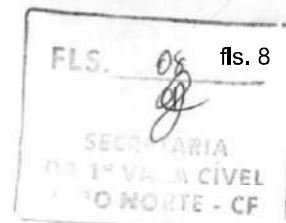
5 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), se não vejamos:



ACTUS
Advogados Associados



Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposiçãose mostra inviável no caso concreto.**

6- DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, caput e §1º, I e 105, caput, ambos do CPC);
- b) A não realização da audiência conciliatória, com a consequentecientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial(arts. 464 e 465 do CPC);
- d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais), com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- e) A condenação da Requerida nas custas processuais(art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, caput e §2º do CPC);



ACTUS
Advogados Associados

fls. 9

FLS.	09
SECRETARIA	
DA 1ª CÂMARA CÍVEL	
J. DO P. J. - CF	

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais).

Nestes termos
Pede Deferimento
Barbalha-CE, 21 de novembro de 2016.

Arthur Gomes Pontes
OAB/CE 34322

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23502

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787



ACTUS
Advogados Associados

fls. 10
FLS. 10
SECRETARIA
DA 1ª CÍVEL
1. DO J. DE - CF

“PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

João Edgar Jacinto de Carvalho, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 2007029143240 SSP/CE e do CPF nº 064.395.253-56, residente e domiciliado à Rua Flávia - no Jd. da Silva, nº 36, Barbalha, Juazeiro do Norte/CE

pelo presente nomeia e constitui bastante procurador, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 20.787, e-mail: thomazbarbalha@yahoo.com.br, ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 23.502, e-mail: allan.saraiva@hotmail.com, todos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio, 649 em Barbalha/CE, onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Barbalha-CE, 10 de novembro de 2016.

x *João Edgar Jacinto de Carvalho*



ACTUS

Advogados Associados



DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

José Edgar Jacinto de Carvalho, brasileiro, solteiro, cubano,
portador do RG nº 2004029143249 SSP/CE e do CPF nº
064.395.253-52, residente e domiciliado à Rua Flaviano
José da Silva, nº 36, Barbalha, Juazeiro do Norte/CE

DECLARA nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que são pobres na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

BARBALHA-CE, 30 de novembro de 2016

x José Edgar Jacinto de Carvalho

<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

SINISTRO 3160540095 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE EDGAR JACINTO DE CARVALHO

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM SEGURADORA S/A #772

BENEFICIÁRIO JOSE EDGAR JACINTO DE CARVALHO

CPF/CNPJ: 06439525352

Posição em 08-11-2016 09:10:30

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 4.725,00

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
09/11/2016	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 13

SECRETARIA
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE - CE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 12497 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: ACIDENTE DE TRÂNSITO

Data / Hora da Comunicação: 12/08/2016 10:09:46

Data / Hora da Ocorrência: 31/07/2016 06:30:00

Endereço da Ocorrência: RUA SEBASTIÃO MARIANO

Complemento:

Beirro: TIRADENTES

Município: JUAZEIRO DO NORTE/CE

Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: JOSÉ EDGAR JACINTO DE CARVALHO

Nascimento: 09/10/1992 CPF: 064.305.253-52

RG: 2007029143240 Órgão Emissor: SSP

Filiação: LUCINEIDE JACINTO DE CARVALHO

UF: CE

EDIVAL DE CARVALHO

Endereço: RUA FLAVIANO JOSÉ DA SILVA, 36

Bairro: LIMOEIRO

CEP:

Município: JUAZEIRO DO NORTE/CE

País: BRASIL

Telefone:

Dados da(s) Veículo(s)

1) Placa: NUY6290 UF: CE Município: JUAZEIRO DO NORTE Chassi:

9C6KE1570B0033227 Renavam: 306857680 Tipo de Veículo: MOTOCICLISTA Marcha /

Modelo: YAMAHA/FACTOR YBR125 K Ano Fabricação: 2011 Ano Modelo: 2011

Combustível: GASOLINA Cor: VERMELHA Proprietário: MARIA LUCINEIDE JACINTO

DE CARVALHO Situação: NÃO INFORMADO Envolvimento: ENVOLVIDO

Histórico

ADVERTIDO DAS PENAS COMINADAS NOS ARTIGOS 340 E 342, AMBOS DO CPB, RELATA O NOTICIANTE/VITIMA QUE NA DATA E LOCAL ACIMA MENCIONADO CONDUZIA A MOTO YAMAHA DE PLACA NUY 6290 QUANDO PERDERA O CONTROLE DA MESMA AO PASSAR POR UM BANCO DE AREIA, COLIDINDO NA CERCA, INDÓ AO SOLO, ONDE SOFREU FRATURA NA CLAVICULA ESQUERDA E ESCORIAÇÕES PELO CORPO, QUE FOI SOCORRIDO POR POPULARES AO HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI, ONDE TEVE ATENDIMENTO MÉDICO, QUE NÃO POSSUI CNH, QUE A REFERIDA MOTO PERTENCE A SUA MÃE, QUE APRESENTA COPIAS DOS SEGUINTES DOCUMENTOS: RG, CPF, CRLV, COMPROVANTE DE ENDEREÇO, FICHA DE ATENDIMENTO DO HRC - PRONTUÁRIO DE Nº 27492, E NADA MAIS DISSE. //

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

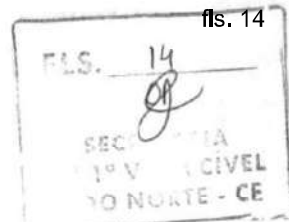
FRANCISCO CRUZ LANDIM - MAT.: 106255-1-3

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

José Edgar Jacinto de Carvalho

VISTO DO DELEGADO(A):

LUIS JOSÉ TENÓRIO DE BRITTO - MAT.: 126893-1-4



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Jose Edgar Jacinto de Carvalho, portador da carteira de identidade nº 2007029443240 e inscrito no CPF/MF sob o nº 064.395.253-52 residente e domiciliado na R. Flaviano Jose da Silva, 36 - Limoeiro Cidade Juazeiro do Norte, Estado Ceará, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- (X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Jose Edgar Jacinto de Carvalho

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Juazeiro do Norte - CE 17/08/16

Local e data

FLS. 15
SEC. 1111
CIVEL
NO N.º 1111 - CF

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Mania Lucineide Jacinto de Carvalho
RG nº 254725993, data de expedição 04/10/193,
Órgão SSP, portador do CPF nº 731.957.903-00, com
domicílio na cidade de Juazeiro do N., no Estado de
Ceará, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Flaviano Gore da Silva, nº 336,
complemento casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima José Edgar Jacinto de Carvalho, cujo o condutor era
José Edgar Jacinto de Carvalho.

Veículo: MOTOCICLETA
Modelo: Yamaha Factor 45R 125 cc
Ano: 2014
Placa: NUY 6290
Chassi: 9CBKEL520B0033127
Data do Acidente: 31/07/16
Local e Data: Juazeiro do Norte CE 03/08/16

5º OFÍCIO

Mania Lucineide Jacinto de Carvalho

Assinatura do Declarante

(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)
(Sem reconhecimento de firma)

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO
Rua do Quissô, 432-Telef: 3512-5266
Juazeiro do Norte - Ceará

Reconheço por Autenticidade a(s)
Firma(s) de Mania Lucineide Jacinto de Carvalho
Oferencido e Verdadeiro, em Juazeiro do Norte - CE

DATA: 03 ABR 2016 CPC

VALIDADE: 03 ABR 2016

☐ Rm. Carlos F. M.
☐ Rm. Daniel
☐ Rm. Ana Paula

RECONHECIMENTO
N.º 1111 - CF

FICHA DE ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO PACIENTE/CADASTRO

Nome: JOSE EDGAR JACINTO DE CARVALHO Prontuário: 27492 Admissão: 31/07/2016
Data Nasc.: 09/10/1992 Idade: 23 ano(s) 9 mes(es) e 27 dia(s) Telefone: 88 988287034
Mãe: MARIA LUCINEIDE JACINTO DE CARVALHO
Sexo: Masculino RG: 2007029143240 Município: JUAZEIRO DO NORTE
CEP: Bairro: JOSE GERALDO DA CRUZ
Endereço: RUA FRANCISCO LEANDRO DE SOUSA

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Risco: AMARELO Classificador: WONESKA RODRIGUES PINHEIRO Horário: 08:44
Queixa: pode relatar ter sofrido acidente motociclístico, apresenta dor torácica e em mso, relata também história de inconsciência
Fluxograma: TRAUMA MAIOR
Discriminador: HISTORIA DE INCONSCIENCIA
Sato02: Glasgow: 15 Temp.: Glicemia: Rógua: 7 Pulso/FC:

ATENDIMENTO

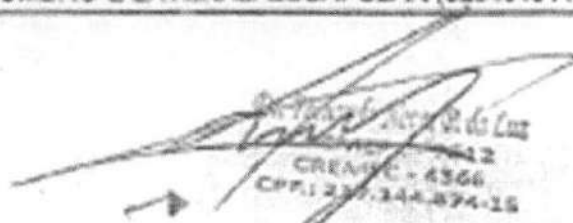
Médico: FERNANDO NEVES PEREIRA DA LUZ CRM: 4366 Nº 334540 P.A.:
Acidente: Sim Agressão: Não Peso:
Eixo: OBSERVAÇÃO INTERMEDIÁRIA II
Hipótese Diagnóstico: TRAUMATISMOS SUPERFICIAIS MÚLTIPLOS DO OMBRO E DO BRACO
Comorbidade:
HDA/Exame Físico:
PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DO MOTO SOFRENDO TRAUMA, NO TÓRAX E NO OMBRO ESQUERDO
EXAME DOR A MOBILIZAÇÃO DO OMBRO ESQUERDO E NO GRADIL COSTAL DIREITO

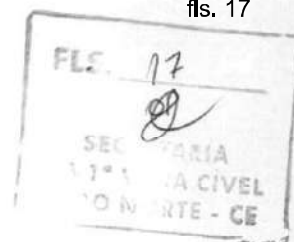
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data	Fluxograma	Discriminador	Risco	Profissional
31/07/2016 08:44:00	TRAUMA MAIOR	HISTORIA DE INCONSCIENCIA	AMARELO	WONESKA RODRIGUES PINHEIRO

EXAME

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
RX ARCOS COSTAIS D API/BLIUQ (0204030072)	31/07/2016 09:40	Não	Realizado
RX OMBRO E AXIAL (0204040116)	31/07/2016 09:40	Não	Realizado
RX OMBRO E LATERAL/ ESCAPULAR (0204040116)	31/07/2016 09:40	Não	Realizado


FERNANDO NEVES PEREIRA DA LUZ
CRM: 4366
CPF: 230.244.894-15



Dr. Jofrânio Bandeira F. de Caldas

Clinica Médica - Cirurgia Geral

- Especialização em Medicina da Família e Comunidade.
- Pós-Graduação (Residência Médica em Cirurgia Geral)

Atesto por os Livido finis que José Edgar Jacinto L. corvoiro sofreu acidente de moto no dia 31/07/2016 que resultou em fratura no clavículo esquerdo. Receber tratamento (imobilização) com alfo definitivo, porém apresenta sequelas motoras (diminuição de 70% do movimento do ombro e braço esquerdo).

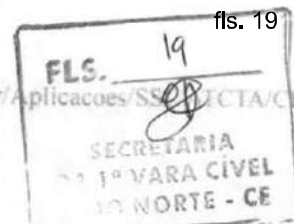
27/09/2016 -

Dr. Jofrânio B. F. de Caldas
Médico
CREMEC - 6795

Av. Ailton Gomes, 2478 - Pirajá - Juazeiro do Norte-CE - Px. ao Banco do Brasil
Anexo Laboratório Vidanalise

(88) 3571.1449 / 0800.0791441 / 8829.6724 / 9689.5332





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **064.395.253-52**

Nome da Pessoa Física: **JOSE EDGAR JACINTO DE CARVALHO**

Data de Nascimento: **09/10/1992**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **20/09/2011**

Dígito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: 17:36:27 do dia 16/08/2016 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: 2335.C99E.FCD9.A78A
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - CE Nº 012459161788
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

PFT 01 00306867680 0000000000 2016

NOVO
MARIA LUCINEIDE JACINTO DE CARVA
JUAZEIRO DO NORTE /CE

73195790300 PLACA
73195790300

PLACA ANT./UF
/CE

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLO/MAO APLIC. COMBUSTÍVEL GASOLINA

YAMAHA/FACTOR VER125 K MARCA/MODELO 2011 2011

2P/0CV/124CC CATEGORIA PARTIC. CORPREDOMINANTE VERMELHA

VENC./COTAS	VENC. COTA ÚNICA	PARCELAMENTO (COTAS)
1ª	129,04	129,04
2ª	14,34	14,34
3ª	1,11	1,11

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 129,04 PRÊMIO TOTAL (R\$) 143,38

OBSERVAÇÕES

JUAZEIRO DO NORTE /CE

LOCAL JUAZEIRO DO NORTE /CE

DATA 28/04/2016

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOA TRANSPORTADA OU NAO- SEGURO DPVAT

CE Nº 012459161788 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 28/04/2016

VIA 01 CPT/ CNPJ 73195790300 PLACA NYV5290

REN/VA 00306867680 MARCA/MODELO YAMAHA/FACTOR YBR125

ANO FAB 2011 VAL. IPI 09 ANO CHASSI 9C6KE1520B0033127

PRÊMIO TARIFÁRIO
FAIXA (R\$) 129,04 DENATAM (R\$) 14,34 CUSTO DO SEGURO (R\$) 143,38

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,11 CPT (R\$) 1,11 DATA DE EMISSÃO 28/04/2016

☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 27/04/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 06.218.600/0001-04
www.seguradoralider.com.br

MOTOR: E369E-033129

00881



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

FLS. 21

SECRETARIA

DA JUSTIÇA CÍVEL

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Jose Edgar Jacinto de Carvalho
 PORTADOR(A) DO RG Nº 2007029143-4 EXPEDIDO POR SSP-CE EM 19/06/07 E
 CPF 064395253-52 /CNPJ 000000000-0000-00, PROFISSÃO autônomo
 E RENDA MENSAL DE R\$ Recu=0 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Jose Edgar Jacinto de Carvalho AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3387-4 N° da CONTA (com dígito, se existir) 23558-2

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

João Nilton de 17 de agosto de 2016
 LOCAL E DATA

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvat.com.br

FLS. 22
Página 1 de 1
SECRETARIA
DE DEFESA CIVIL
FLORESTA DO NORTE - CE

CAIXA

Comprovante de transferência entre contas da CAIXA - TEV

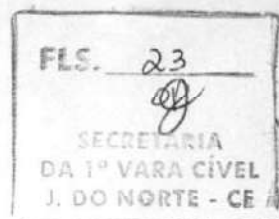
Via Internet Banking CAIXA

Emitente:	FABIANO DE MOURA RIBEIRO
Conta origem:	0032 / 001 / 00005811-7
Conta destino:	<u>DU-4</u> 3587 / 013 / 00023558-2
Nome destinatário:	JOSE EDGAR JACINTO DE CARVALHO
Valor:	
Data de débito:	26/08/2016
Data/hora da operação:	26/08/2016 10:33:04
Código da operação:	00080463
Chave de segurança:	1XWLJPMGA74KG4AU

Quando a data de débito coincidir com dia não útil e/ou com o último dia útil do ano, a transferência será feita no primeiro dia útil subsequente.

DEBITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISAO DO CREDITO NA CONTA DESTINO E DE 30 MINUTOS.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Jose Edgar Jacinto de CarvalhoRG nº 2007029143240 data de expedição 19/06/07, Órgão SSP-CE,CPF nº 064395.253-52 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito segundo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>R. Flaviano Jose da Silva</u>
Número	<u>36</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Limoeiro</u>
Cidade	<u>Juazeiro do Norte</u>
Estado	<u>Ceará</u>
CEP	<u>63030.271</u>
Telefone de Contato	<u>(88) 3572.0398 / (88) 99779.2255</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Juazeiro do Norte-CE 17/08/16Assinatura do Declarante: Jose Edgar Jacinto de Carvalho

Nº DO CLIENTE
6234069-7

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.430,
de 26 de abril de 2003.

Rua Pedro Valdeirino, 150
CEP 00125-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 04.105-8-03

Grupo de Endereços (Código) 4 Data de Emissão 14/07/2016

Rota 09 13000 22 261400 - 4
Nome SAMUEL FLORIANO DOS SANTOS
End. Postal RU FLAVIANO JOSE DA SILVA 00036
LIMOEIRO - JUAZEIRO DO NORTE - 63030271
Medidor 7686289
Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ 067366094-02
Nome do Responsável
Posto 0000 0000
Fator de Potência 0,00
CGF

TAXAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA			TAXAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
76,38	27,00%	20,62	76,38	27,00%	20,62

Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
106,61	107,52	1,00	109	0,00	109
14/07/16	14/06/16	30,0145	109		76,38
					76,38
					2,07

VALOR CONSUMO DO MES
MULTA MORATORIA REF 06/2016

VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR (R\$)	
21/07/2016		78,45	
HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)	
Energia	30,47	81	109
Transmissão	1,00	146	129
Distribuição	24,57	130	121
Encargos Setoriais	76,38	90	85
Tributos (TOM, PIS/COFINS)...		33	24
TOTAL		39	34

Informações importantes e avisos de vencimento
CONTAS EM ATRASO
AVISO DE DÉBITO VENCIDO:
Informamos existir débitos vencidos com acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 105,00. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 30 dias contados a partir da fatura vencida e não paga.

SPROC

Página 1 de 1



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**



Data - Hora
6/12/2016 -
8:32

Termo de Registro e Autuação



Não possui autuação

Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

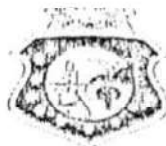
Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	68066-86.2016.8.06.0112 /0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr.Volumes	1
Natureza	CÍVEL
Just.Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes
Nome
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Requerente : JOSÉ EDGAR JACINTO DE CARVALHO
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 6 de Dezembro de 2016

Responsável

mento é cópia do original, assinado digitalmente por MIKE QUEIROZ OLIVEIRA, liberado nos autos em 27/06/2018 às 07:10 .
nir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0068066-86.2016.8.06.0112 e código 38C50EB.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL

Rua Maria Marcionília, Nº 800 - Lagoa Seca - CEP-63010-970 - TEL: 3572-8990

CERTIDÃO

Certifico, para os fins de direito, que o presente feito esta registrado, eletronicamente, no Sistema de Processamento - SPROC.

Certifico, outrossim, que registrei e autuei o referido feito no Livro de Tombo Cível, nº 04, às fls. 71, sob o nº 474136

O referido é verdade, Dou fé.

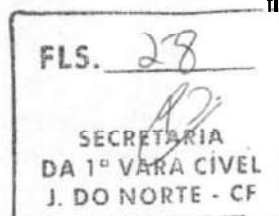
Juazeiro do Norte-CE, 06 de Dezembro de 2016

p/Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível

CONCLUSÃO

Aos(s) 06 de Dezembro de 2016, faço estes autos conclusos, ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta comarca.

p/Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo nº: 68066-86-2016 .8.06.0112

DESPACHO

Vistos etc;

1. Defiro o benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC.
2. Atento ao disposto no art. 99, § 2º do CPC **determino a intimação do(s) autor(es)**, por meio de seu advogado (DJE), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para concessão da benesse.
3. Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).
4. Atento ao disposto nos arts. 319 e 320 do CPC e, cumprindo o determinado no art. 321 do CPC, entendo que se faz necessária a emenda da inicial com juntada dos documentos, outorgando prazo de 15 (quinze) dias, para que o autor atenda ao disposto a seguir:
 - a) informar profissão da parte autora;
 - b) informar endereço eletrônico da parte autora;
 - c) informar CPF da parte autora;
 - d) acostar comprovante de endereço atualizado em nome da parte autora, com data de emissão de, no máximo, dois meses da presente data, e caso não esteja o comprovante em nome da parte autora, esclarecimento da relação entre a parte autora e o(a) titular da conta apresentada;
 - e) em atenção à Súmula nº 474 do STJ ("A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"), esclarecer o grau de invalidez e o valor da indenização devida, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, na forma do art. 332, I do CPC;
 - f) acostar laudo médico atestando o grau de invalidez alegado pela parte autora e que comprove a permanência da sequela, informando qual a categoria da lesão e o percentual da perda relativa ao dano corporal que entender corretos, com base nos parâmetros da tabela da SUSEP, bem como indicar o valor indenizatório devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;
 - g) juntar aos autos tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo, sob pena de indeferimento do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;

h) corrija o valor da causa, indicando o valor da indenização que entende devido (art. 292, V do CPC);

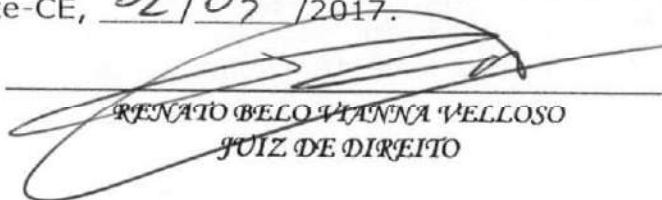
i) acoste aos autos comprovante do valor pago na fase administrativa pela Seguradora Líder a título de indenização;

j) _____

5. _____

Cumpra(m)-se o(s) item(ns): 2, 4º e 6
Exp. nec.

Juazeiro do Norte-CE, 02/03 /2017.


RENATO BELO VIANA VELLOSO
JUIZ DE DIREITO

JUNTADA
aos 02 de Março de 2017
JUIZ DE DIREITO Publicação do
DJCE




31) 67371-35.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: QUEILA MARIA BEZERRA DA SILVA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). MILTON CORREIA DE ALMEIDA

32) 67373-05.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: MARIA JOSEFA DE SOUZA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). MILTON CORREIA DE ALMEIDA

33) 67376-57.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: FRANCISCO ANTONYELE RODRIGUES DE OLIVEIRA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). MILTON CORREIA DE ALMEIDA

34) 67377-42.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSE IVAN SOARES DA SILVA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). MILTON CORREIA DE ALMEIDA

35) 67380-94.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSE FLAVIO DA SILVA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). MILTON CORREIA DE ALMEIDA

36) 67774-04.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE.: GILDENIA JORDANIA RODRIGUES DE PAULA. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). MILTON CORREIA DE ALMEIDA

37) 68066-86.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: JOSÉ EDGAR JACINTO DE CARVALHO. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não esteja o comprovante em nome do autor, esclarecimento da relação entre o autor e o(a) titular da conta apresentada. Juntar tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanentemente alegada, dentre as quais autorizam o pagamento do valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I de CPC e a Súmula nº 474 do STJ."- INT. DR(S). THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

38) 68068-56.2016.8.06.0112/0 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO REQUERENTE.: CICERA LEDA DA SILVA ALENCAR. "Intimado o autor, em observância ao art. 99, § 2º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para usufruir do benefício da justiça gratuita, sob pena de indeferimento. Proceda-se a emenda da inicial acostando comprovante de endereço atualizado em nome do autor, com emissão neste ou no mês anterior, e caso não